

**GÊNERO E SEXUALIDADE: VIVÊNCIAS E CONCEPÇÕES DE JOVENS
UNIVERSITÁRIOS/AS DO CURSO DE PSICOLOGIA DA CIDADE DE SÃO PAULO**

***GÉNERO Y SEXUALIDAD: VIVENCIAS Y CONCEPTOS DE JÓVENES
UNIVERSITARIOS/AS DE LA CARRERA DE PSICOLOGÍA EN LA CIUDAD DE SÃO
PAULO***

***GENDER AND SEXUALITY: EXPERIENCES AND CONCEPTS OF YOUNG
UNIVERSITY STUDENTS FROM THE PSYCHOLOGY COURSE IN THE CITY OF
SÃO PAULO***

Marina TEDESCHI CANO¹
Ana Paula LEIVAR BRANCALEONI²

RESUMO: A promoção de debates sobre desigualdades sexuais e de gênero entre os jovens universitários torna-se cada vez mais necessária. Esta pesquisa tem por objetivo identificar compreensões de jovens universitários de cursos de Psicologia, de instituições de Ensino Superior particulares da cidade de São Paulo, sobre sexualidade e gênero, assim como o papel formador, exercido por elas, no que se refere aos temas. Adotou-se abordagem qualitativa e, como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas com dez universitários/as, analisadas pela Análise Temática. Constatou-se que: as instituições não apresentam propostas de trabalho com gênero e sexualidade; existe pouco espaço de promoção de discussões sobre os temas; as instituições não são meios de obtenção de informação sobre o tema; são reproduzidos preconceitos e discriminações em práticas institucionais; as relações dos universitários com seus pares participam da construção de suas concepções sobre sexualidade. Destaca-se, portanto, a importância do fomento à educação sexual no Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Universitários. Educação sexual.

RESUMEN: *La promoción de debates sobre desigualdades sexuales y de género entre los jóvenes universitarios se hace cada vez más necesaria. Se tiene por objetivo identificar entendimientos de jóvenes universitarios de carreras de Psicología de instituciones de Enseñanza Superior privadas de la ciudad de São Paulo sobre sexualidad y género, así como el rol formativo ejercido por las mismas con relación a esos temas. Se adoptó el enfoque cualitativo y, como instrumento de recolección de datos, entrevistas semiestructuradas con diez universitarios/as, analizadas por el Análisis Temático. Se constató que: las instituciones no presentan propuestas de trabajo con género y sexualidad; hay poco espacio de promoción de debates sobre los temas; se reproducen prejuicios y discriminaciones en prácticas institucionales; las relaciones de los universitarios entre sus pares participan de la*

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2174-6288>. E-mail: matedeschicano@gmail.com

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual. Doutorado em Psicologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5927-4175>. E-mail: ana.brancaleoni@unesp.br

construcción de sus concepciones sobre sexualidad. Se destaca, por lo tanto, la importancia del fomento a la educación sexual en la Enseñanza Superior.

PALABRAS CLAVES: *Género. Sexualidad. Universitarios. Educación sexual.*

ABSTRACT: *It has been necessary to broaden the debate and struggles against both sexual and gender inequalities. This article aims to identify the understandings of young university students, enrolled of Psychology courses at private higher education institutions in the city of São Paulo, about sexuality and gender, as well as your formative role in relation to the subject. The qualitative approach was adopted and interviews with ten university students were conducted by Thematic Analysis and it was found that: institutions do not deal with gender and sexuality-related issues; there is little or no space for debate and discussion on the topic; institutions have not been a vehicle for obtaining information about the subjects; prejudice and discrimination are reproduced in institutional practices; university students' relationships among their peers participate in the construction of their conceptions about sexuality. The found data highlight the importance of creating / expanding spaces for reflection and discussion related to gender and sexuality in Higher Education.*

KEYWORDS: *Gender. Sexuality. College students. Sex education.*

Introdução

Desde o nascimento de uma criança, a classificação de gênero pauta-se na noção binária dos corpos biológicos, designando-se se é homem ou mulher. Esse registro, a partir do momento em que é realizado, traz consigo uma série de características que vão “dizer” de que maneira esse sujeito deverá se constituir ao longo de sua vida, formando uma delimitação muito bem definida da naturalização dessas construções (LUCIFORA *et al.*, 2019). O sujeito que transitar entre ambas as categorias estará se colocando em uma dimensão de questionamento em relação à sua sexualidade e/ou identidade de gênero, a partir das normas sociais, políticas e culturais de um determinado contexto histórico.

O conceito de gênero surge na década de 1970, tornando-se notório nas ciências apenas a partir da década de 80. Tem como intuito inicial distinguir a dimensão biológica da dimensão da construção histórica da constituição dos sujeitos. Esse conceito permitiu a abertura de um novo campo de ação para desconstruir categorias já estabelecidas, e é a partir do uso do mesmo que foi possível começar o questionamento e a desconstrução das categorias homem e masculino/mulher e feminino (MATOS, 2008).

O debate sobre Gênero e Sexualidade vêm ganhando cada vez mais relevância. No Brasil, questões como as desigualdades de gênero e os altos índices de violência contra mulheres, pessoas transexuais e homossexuais demandam que o assunto seja profundamente

debatido no âmbito acadêmico e que a categorização e a naturalização dos gêneros, nos diversos espaços sociais, sejam problematizadas. Louro (2007) nos adverte sobre os processos de hierarquização, em que as diferenças são tomadas como atributos de desigualdade, pautando relações sociais de poder.

Os processos de classificação e hierarquização binária e heteronormativa dos gêneros resulta em exclusão, abjeção e violência. Os números de violência de gênero, no Brasil, expressam os efeitos nefastos dessa configuração. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos - MDH (2018), registrou-se, através da Central de Atendimento à Mulher, 79.661 relatos de violência física e psicológica no período de janeiro a julho de 2018. Além disso, o Brasil é o país no qual mais se registram mortes contra minorias sexuais. Os relatórios realizados pelo Grupo Gay da Bahia (MICHELS, 2018) apontam o índice de uma morte a cada 20 horas, por assassinato ou suicídio, de vítimas da LGBTfobia, apenas no ano de 2018. Durante o ano de 2019, houve 297 homicídios e 32 casos de suicídio (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

Destaca-se que a violência ainda se agrava quando se trata de pessoas transexuais e travestis. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, por meio de boletim informativo, registraram-se 151 assassinatos de travestis no período de 1º a 31 de outubro de 2020, ou seja, 22% a mais em relação ao ano de 2019, que totalizou 124 mortes (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2020).

Assim, é essencial problematizar a forma como as diferenças anatômicas, sexuais e de gênero são hierarquizadas, uma vez que nossa sociedade produz, através dos processos linguísticos e dos discursos de significação, o diferente como algo que não é “normal”. Para Louro (2018), essa inscrição é feita, nos corpos, a partir das marcas de determinadas culturas, compostas e definidas pelas redes de poder de uma sociedade. Butler (2003) aponta que:

Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento (BUTLER, 2003, p. 19).

Sob a perspectiva da compreensão da construção histórica, social, política e cultural dos conceitos de gênero, sexualidade, feminino e masculino, se faz necessário entender também de que maneira os sujeitos sociais reproduzem essas categorias nos diversos setores de nossa sociedade. No que diz respeito ao setor educacional no Brasil, é possível encontrar diversos trabalhos e estudos a respeito do tema gênero e sexualidade, relacionados à Educação

Básica e à formação de professores. O que nos chama atenção é que, quando se refere ao Ensino Superior, o trabalho com jovens universitários em relação a essa temática ainda é pouco problematizado, mesmo que seja um espaço educacional propício à discussão e à reflexão sobre as categorizações de gênero.

Destaca-se também que a atribuição do Ensino Superior é formar profissionais capacitados para respeitar e lidar com as diversidades. De acordo com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), número 9.394/96, artigo 43, a Universidade deve garantir a formação de profissionais em diversas áreas do conhecimento, que atuem profissionalmente em setores de trabalho que visem o desenvolvimento da sociedade, permitindo que os alunos e alunas recebam estímulos para criação cultural, desenvolvimento do pensamento crítico e conhecimento científico (BRASIL, 1996). Além disso, é também dever da Universidade a formação de cidadãos responsáveis com a sociedade, que prestem serviços à comunidade e que se conscientizem dos problemas do mundo (CASTRO *et al.*, 2016).

Os jovens universitários, de acordo com a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), são categorizados como juventude ou adolescência tardia, um período que compreende a tentativa de atingir um processo de maturidade cognitiva, emocional, física e social, além da busca por sua individualidade. É um período em que o jovem transita da infância para a vida adulta, vivenciando novas experiências sexuais atreladas a incertezas e dúvidas, como seria o caso das preocupações com gravidez, doenças sexualmente transmissíveis etc (ZOCCA *et al.*, 2016).

Qual seria, então, o trabalho desenvolvido pelas instituições de Ensino Superior em relação à Educação Sexual? Como o tema sexualidade e gênero está inserido nesse contexto? Os alunos e alunas possuem algum acesso à formação e/ou fontes de informação relacionados ao tema em sua formação na graduação? Essas questões foram importantes para delimitar o campo do presente artigo, partindo do questionamento sobre a relação entre universitários e a temática gênero e sexualidade.

Assim, a partir da relevância de discussões e debates em relação ao tema gênero e sexualidade entre o público universitário, propõe-se investigar a percepção de graduandos de psicologia sobre a formação em sexualidade e gênero promovida pela Universidade, assim como o papel desempenhado pela mesma na constituição de suas concepções atuais sobre as temáticas.

Destaca-se que, segundo a Resolução do Conselho Federal de Psicologia de n. 001/99, Art. 2º, os profissionais formados em Psicologia devem contribuir com seu conhecimento

para uma reflexão sobre o preconceito, visando o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas e proíbe qualquer ação de psicólogos(as) que possam colaborar com uma representação da homossexualidade como doença ou anormalidade, bem como realizar terapias para mudança de sua orientação sexual.

Além disso, os cursos de Psicologia devem estar em consonância com a temática da diversidade, integrando-a em seu programa, já que o debate das políticas de inclusão das minorias é um dos desafios da Educação e, também, por ser um curso que tem sido muito influente nos discursos educacionais (DINIS, 2012). Ressalta-se que o código de ética profissional do psicólogo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005) também prevê, segundo seus princípios fundamentais, que o psicólogo deve trabalhar visando promover saúde e qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Procedimentos metodológicos

Adotou-se abordagem qualitativa de pesquisa, escolhida por possibilitar o trabalho com questões que não podem ser quantificadas. Seu objeto se relaciona com o universo dos significados, crenças, valores, aspirações e atitudes, que dizem respeito aos fenômenos humanos que estão atrelados aos pensamentos e interpretações de suas ações a partir de uma realidade vivida (MINAYO, 1994). Como nos indica Minayo (1994): “a interrelação que contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia a dia, as experiências e a linguagem do senso comum no ato da entrevista é condição *sine qua non* do êxito da pesquisa qualitativa.”

Em relação aos sujeitos da pesquisa, são jovens do último ano da graduação de cursos de Psicologia de Instituições de Ensino Superior da cidade de São Paulo. Escolheu-se como recorte o último ano de graduação uma vez que a pesquisa está relacionada às experiências vivenciadas pelos entrevistados ao longo de sua permanência nas instituições. A escolha por alunos e alunas do curso de Psicologia foi feita em função da proximidade entre Psicologia com o tema sexualidade, pois embora os currículos, em geral, não possuam nenhuma disciplina específica sobre essa temática, a Psicanálise está presente em toda formação de graduação em Psicologia, o que faz com que de uma forma ou de outra encontrem-se por dada perspectiva teórica com o tema (MOURA *et al.*, 2011).

Destaca-se também que faz parte da formação do psicólogo o desenvolvimento da escuta qualificada, ou seja, uma escuta que não traga juízo de valores e moral, possibilitando

que assuntos polêmicos possam surgir nessa abertura de espaço para a diversidade, preconizada pelo código de ética da profissão (MOURA *et al.*, 2011). Assim, para que esta condição seja promovida, é fundamental que os cursos contemplem a dimensão da diversidade e do respeito à mesma, rompendo com padrões normativos instituintes e mantenedores de relações de exclusão e violência.

Para a realização da pesquisa foram escolhidos dez sujeitos, e as entrevistas foram analisadas profundamente para que os significados das respostas não fossem elaborados superficialmente. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), o interesse por esse tipo de pesquisa se dá pelo fato de o pesquisador querer entender a maneira que as pessoas vivenciam suas experiências, o que pensam sobre as mesmas e como estão inseridas em seus contextos de vida. Dessa forma, a troca entre o investigador e o sujeito é mais semelhante a uma conversa do que uma sessão formal de perguntas.

Os sujeitos foram escolhidos a partir da divulgação da pesquisa através de pessoas do círculo social de uma das pesquisadoras. O critério de exclusão foi de sujeitos que não estivessem cursando o último ano do curso de Psicologia. Foram escolhidas 5 universitárias do gênero feminino e 5 do gênero masculino, com o intuito de obter paridade de gênero.

O convite para a participação foi realizado pessoalmente, com as explicações sobre os objetivos da pesquisa e a entrega e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elaborado pelos pesquisadores e assinados digitalmente antes do início da pesquisa, após aprovação pelo Comitê de Ética.

Para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, que possibilita que os sujeitos possam expressar livremente suas opiniões e reflexões além da proposta da pesquisa. Foi elaborado pelos pesquisadores um roteiro de entrevistas. As entrevistas foram áudio-gravadas e integralmente transcritas posteriormente. Decidiu-se que as entrevistas fossem realizadas por videochamada em função da pandemia por Covid-19 que assola o país.

Para análise de dados, utilizou-se o método de Análise Temática, proposto por Minayo (1994). Ele consiste em analisar as falas dos sujeitos a partir do contexto social em que estão inseridos, sendo os resultados constituídos numa aproximação da realidade social. Esse método possui dois níveis de interpretação dos dados coletados: o primeiro se refere à conjuntura sócio-histórica que o grupo pesquisado está inserido e o segundo ao que aparece no encontro que realizamos com os fatos que surgem na investigação (GOMES, 1994). As categorias da pesquisa foram elaboradas a priori, baseadas no roteiro de entrevista utilizado para a coleta de dados. Para o presente artigo, a categoria analisada segue no quadro abaixo:

Quadro 1 – Descrição da categoria analisada

Tema	Categoria	Descrição
Relações entre instituições de Ensino Superior e questões de gênero e sexualidade; Espaços de informação e discussão nas instituições de Ensino Superior; Informação sobre gênero e sexualidade; Experiências e compreensões a partir de vivências universitárias.	Instituições de Ensino Superior e educação sexual	Nessa categoria discute-se quais ações formativas as instituições de Ensino Superior fornecem em relação ao gênero e à sexualidade; espaços de discussão e acolhimento institucional. Discute-se também a atuação de coletivos de estudantes nesse processo formativo.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Resultados e Discussão

Perfil dos entrevistados

Os entrevistados e entrevistadas tinham idade que variou entre 23 e 33 anos. Foram identificados, ao longo do trabalho, com a letra S, sendo, portanto, o primeiro entrevistado o S1, o segundo S2, e assim sucessivamente até o S10.

Eram provenientes de instituições de Ensino Superior privadas, sendo 3 Universidades e 1 Centro Universitário, e apenas 2 realizaram o Ensino Médio em instituições públicas de ensino. Dos 10 entrevistados, 2 se declararam bissexuais, 2 homossexuais e 6 heterossexuais; 2 possuem relacionamento fixo, sendo que 1 mora com seu(sua) parceiro(a), e 8 são solteiros. Os 10 entrevistados se declararam cis gênero e não possuem filhos(as). Quanto à religião, 1 se declarou ateu, 1 católico, 1 adventista do sétimo dia, 1 judeu e 6 não possuem religião.

Quadro 2 – Perfil dos entrevistados

Sujeitos	Idade	Gênero	Rede de ensino médio	Instituição universitária	Estado Civil	Sexualidade	Religião	Renda familiar (salário-mínimo)	Estuda/trabalha
S 1	33	Mulher	Privada	Privada	Solteira	Lésbica	Atéia	10 a 15	Estuda/trabalha
S 2	28	Mulher	Privada	Privada	Solteira	Bissexual	Não possui	6	Estuda/trabalha
S 3	23	Mulher	Pública	Privada	Solteira	Heterossexual	Adventista do Sétimo Dia	3 a 4	Estuda/trabalha
S4	23	Mulher	Pública	Privada	Solteira	Heterossexual	Católica	2	Estuda/trabalha
S5	24	Mulher	Privada	Privada	Solteira	Lésbica	Não possui	3	Estuda
S 6	28	Homem	Privada	Privada	Solteiro	Heterossexual	Judeu	20	Estuda/trabalha
S 7	28	Homem	Privada	Privada	Solteiro	Heterossexual	Não possui	25 a 30	Estuda/trabalha
S 8	23	Homem	Privada	Privada	Solteiro	Heterossexual	Não possui	5 a 6	Estuda/trabalha
S 9	24	Homem	Privada	Privada	Solteiro	Bissexual	Não possui	5 a 6	Estuda/

S 10	30	Homem	Privada	Privada	Solteiro	Heterossexual	Não possui	3 a 5	trabalha Estuda/ trabalha
------	----	-------	---------	---------	----------	---------------	------------	-------	---------------------------------

Fonte: Elaborado pelas autoras

Relação entre instituições de Ensino Superior e questões de gênero e sexualidade

Ao serem questionados a respeito da maneira como as instituições de Ensino Superior lidam com as questões de gênero e sexualidade, as respostas foram muito parecidas, ainda que tenhamos, na amostra da pesquisa, 4 instituições particulares diferentes. A grande parte dos entrevistados respondeu que a instituição “não lida bem” com as questões de gênero e sexualidade. Apontaram para o silenciamento, por parte das instituições de Ensino Superior, tanto em relação aos preconceitos e discriminações ocorridos dentro quanto fora da mesma, como também a omissão do tratamento pedagógico dos temas, ou promoção de espaços para debate, discussões e reflexões sobre as questões. Como afirmam as pessoas entrevistadas:

“Não lida bem. Eu acho que a gente vive um momento que está caminhando para isso, então, hoje, a universidade tem grupos de discussão para isso, sobre o tema. Mas, no geral, é comum você estar na universidade e você ouvir falar de episódios de homofobia, por exemplo... assédio. Eu acho que a universidade, no geral, precisa melhorar, ainda precisa trabalhar isso... precisa trazer isso para a luz.” (S4)

“Mal, muito mal... E isso eu tô falando da instituição. É péssimo porque, se depender de todo o processo burocrático da instituição, não se fala de gênero... a gente conversa sobre gênero porque é uma movimentação dos alunos... coletivos... dos alunos... se depender da universidade, não tem.” (S7)

“São pouquíssimos professores que eu vi fazerem qualquer tipo de discussão em relação a gênero durante esses cinco anos de faculdade, tem até alguns professores com preocupação a isso e estamos no décimo semestre ouvindo gente dizer que não sabe o que é Trans, o que é Cis... o que é o que... esse papo, mas isso não tem nada a ver com a matéria.” (S1)

É importante ressaltar que, quando os entrevistados trazem a ideia de que a instituição de Ensino Superior “não lida”, eles se referem ao fato da mesma não oferecer nenhum tipo de acolhimento para situações que ocorrem relacionadas a assédio, preconceito, assim como não apresenta espaço para que o tema seja debatido e trabalhado entre os universitários e possa abrir para que as pessoas sejam ouvidas, pois na medida em que se silencia, de uma forma ou de outra, coaduna-se com preconceitos e discriminações, como relata o S3, por exemplo:

“A universidade, no geral, não. Qualquer coisa em relação a esse assunto é... vamos esconder. Isso estou falando e vai ficar entra a gente, né? Que

eles me expulsam, mas é isso... Vamos esconder sempre, não vamos falar sobre isso”.

A partir dessa fala, notamos que a prática do silenciamento está intimamente presente dentro da instituição de Ensino Superior. Essa constatação vai ao encontro de Junqueira (2013), que afirma que a escola, assim como diversos outros espaços sociais e institucionais, mantém práticas regulatórias a partir dos parâmetros da heteronormatividade. O silenciamento, ou o que também podemos chamar de pedagogia do armário, molda pedagogicamente as relações do sujeito que sofreu violências sexuais e de gênero, e que não foi ouvido/acolhido, com o mundo. Esse processo de ocultação, além de regular a vida social das pessoas, também faz com que elas permaneçam caladas, escondidas dentro do “armário”.

A resposta acima, de S3, indica não apenas o fato da instituição de Ensino Superior não oferecer o acolhimento em relação ao tema, mas também que ela, além disso, “esconde”. Isso também aparece na continuação da resposta do S7:

“[...] Inclusive, eu participei de duas semanas da psicologia, de montar cronograma, de conversar sobre a administração de como vai ser, chamando gente para palestrar e o que acabou acontecendo foi que você vai chamar uma pessoa trans para falar sobre diversidade trans, sexualidade, sei lá... simplesmente não pode... é vetado diretamente pelo reitor e pela galera da administração”.

Temos, portanto, no depoimento, a ratificação do apagamento da possibilidade de respeitar o lugar de fala de pessoas transexuais, como forma de luta contra o preconceito e a transfobia que, nesse caso, é reforçada pela negação desse espaço. Esse também é um dos mecanismos de terrorismo impostos pela heteronormatividade, que inibe um comportamento, a existência de corpos chamados de “estranhos”, utilizando a invisibilização como mecanismo de eliminação de discursos que escapam à normatividade (BENTO, 2011).

Como refere Louro (2008, p. 22):

Quanto à diferença, é possível dizer que ela seja um atributo que só faz sentido ou só pode se constituir em uma relação. A diferença não preexiste nos corpos dos indivíduos para ser simplesmente reconhecida; em vez disso, ela é atribuída a um sujeito (ou a um corpo, uma prática, ou seja lá o que for) quando relacionamos esse sujeito (ou esse corpo ou essa prática) a um outro que é tomado como referência.

Embora as instituições de Ensino Superior sejam um campo propício para a construção de saberes e desenvolvimento de pensamento crítico por parte dos universitários, nota-se que há uma omissão e, até mesmo, uma negação de trabalho relacionado a gênero e sexualidade. As instituições de Ensino Superior, dessa forma, seguem o mesmo caminho que tantas outras

instituições no Brasil: reproduzem padrões e marcadores sociais, contribuindo para a manutenção de preconceitos, desigualdades, hierarquias sociais, sem que isso apareça como opressão ou dominação (NARDI *et al.*, 2013).

Espaço de discussão nas Instituições de Ensino Superior

Nesse aspecto, as respostas dos entrevistados variaram, quando questionados a respeito dos espaços oferecidos pelas instituições para informação e discussão sobre sexualidade e gênero. Parte dos entrevistados foram categóricos em afirmar que não existe espaço nenhum em relação a isso, com afirmações simples como “Não!” ou “Não, nunca vi” ou ainda “Posso ser sincero? Que eu saiba não”.

Somado a essas respostas, alguns dos entrevistados trouxeram, em suas falas, a confirmação de tais afirmações, dizendo que passam o dia na universidade e que nunca viram nenhum movimento ou divulgação de eventos que acontecem nesse sentido, como trazido por esse sujeito: “[...] eu passo o dia na universidade e eu não tive acesso a esse tipo de informação... nesse sentido, não é muito divulgado não”.

Também encontramos o relato sobre espaços esporádicos para o estudo do tema, de acordo com o S5:

“Pouquíssimos, eu acho que ao longo da graduação existiu um núcleo que aborda as questões sobre sexualidade. Eu frequentei uma ou duas reuniões, e ainda é algo meio fechado, meio que aquilo que é falado e que é transmitido não necessariamente carrega algumas rupturas sobre o que é a orientação sexual ou do que é gênero” (S5).

Os sujeitos que afirmaram que sim, que a instituição de Ensino Superior oferecia espaço, apresentaram dados em relação a alguns professores do curso de Psicologia que “provocavam” os alunos em sala de aula sobre questões relacionadas ao tema; um núcleo de estudos que aconteceu há alguns anos e que não possui mais frequência de encontros; um grupo que se reúne para debater o assunto, mas que é apenas frequentado por alunos de Psicologia, Ciências Sociais e Enfermagem, mas que surgiu a partir de iniciativas dos próprios alunos e não da instituição, como segue a abaixo:

“Eu vejo muito mais uma disponibilidade da instituição em dar espaço para os alunos... então, eu sou do comitê organização da jornada psicodinâmica e a gente já, em algumas palestras, já trouxemos a questão do gênero. Então, eles oferecem espaço para os alunos que buscam, mas a iniciativa é dos alunos” (S10).

Os dados coletados para a pesquisa revelam que na percepção das pessoas entrevistadas, as instituições de Ensino Superior em que estudam não promovem práticas relacionadas ao debate e discussão do tema gênero e sexualidade, não oferecem serviços de acolhimento para vítimas de agressão, mantendo práticas como silenciamento e invisibilidade, ainda que continue sendo nesse contexto que relatem suas mais diversas vivências de sexualidade e de relações de gênero.

Informações sobre sexualidade e gênero

Ao serem questionados sobre as fontes que utilizavam para obterem informações relacionadas a gênero e sexualidade, a referência às instituições de Ensino Superior não aparece em nenhuma das respostas dos entrevistados. Em quase todas as entrevistas os meios mais citados são as plataformas digitais como Facebook, Twitter, Youtube, Instagram, podcasts, blogs e redes sociais em geral, como podemos constatar nas falas abaixo:

“Eu faço muito parte do Twitter, então eu pego muita coisa pelo Twitter que eu sempre acabo parando em algum blog... ou algum vídeo que tem texto, é geralmente Twitter e Instagram também”. (S2)

“É... hoje? Acaba sendo meio ocasional. A maior parte é por página no Facebook, no Instagram... não existe algo que eu busque como referência muito sólida”. (S8)

Comparecem também, como fontes de informações, os livros, filmes, documentários e artigos científicos, como buscas pessoais, presentes nas seguintes afirmações:

“Internet, redes sociais... coisas que eu leio que eu procuro para ler... artigos e livros.” (S3)

“Livros, blogs, artigos científicos, documentários, filmes...”. (S9)

“Eu acho que eu comecei há uns anos... é... por conta de grupos feministas via Facebook, e aí comecei por aí estudar. Fui estudar teoria de gênero, comecei a pesquisar mais. Acho que teve um tanto também desse estudo que fez parte da minha descoberta, da minha aceitação enquanto mulher lésbica... acho que foi um pouco por essa área aí também”. (S1)

A partir da análise dos dados, indica-se que as instituições de Ensino Superior não são reconhecidas como locais de busca, troca e construção de conhecimentos sobre sexualidade e gênero. Em pesquisa realizada com 32 alunos de um curso de graduação de uma universidade pública, por Brancaleoni, Oliveira e Silva (2018), também foi constatado que a instituição universitária e os profissionais de saúde foram os menos citados em relação às fontes de informações sobre gênero e sexualidade. Os autores da referida pesquisa também afirmam:

A universidade é um espaço de interação, circulação e construção de valores em que os universitários, em sua maioria, encontram-se em uma fase de descobertas e experiências sexuais, assim como de questionamentos acerca da sexualidade e do gênero. Por outro lado, o meio universitário também se constitui como espaço em que preconceitos e estereótipos sobre sexualidade e gênero são mantidos e reproduzidos” (2018, p. 27).

Reforça-se, com isso, a ideia de que as instituições de Ensino Superior continuam exercendo a função de manutenção de padrões de gênero e sexualidade, uma vez que não favorecem a circulação de informações sistematizadas e confiáveis sobre a temática, sendo pouco reconhecidas como espaço confiável de informação e formação pelos entrevistados, em detrimento das redes sociais, por exemplo.

Experiências e compreensões a partir da vivência universitária

No que se refere a compreensões sobre gênero e sexualidade a partir das experiências universitárias, todos os entrevistados disseram que sim, que as vivências nas instituições de Ensino Superior trouxeram novos conhecimentos sobre sexualidade e gênero. As vivências relatadas pelos entrevistados deram-se a partir de troca com os amigos e colegas de sala, contato com a diversidade sexual, experiências que eles tiveram em relação à própria sexualidade e busca por informações a partir de uma preocupação com a profissão, por exemplo:

“Acho que sim, até pela psicologia tratar de pessoas, você tem que estar preparado para ouvir muitas coisas que, às vezes, você não conheça, não saiba...acho que é algo que eu tenho que me aprofundar mais. Como eu disse, tenho dificuldade em associar os termos às palavras, tenho que procurar saber até mais. O curso nunca me propiciou nada direto, como “ah, vamos ler sobre esse tema”, mas é algo meio inerente à profissão... posso estar atendendo ano que vem e ter um paciente que fale sobre essas questões... seria bem estranho eu demonstrar desconhecimento sobre a dor dele.” (S8)

Outro dado importante é que a OMS – Organização Mundial da Saúde – estabelece que é considerado jovem o sujeito que se encontra entre a faixa etária de 10 a 24 anos, e que essa é a população mais suscetível a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Grande parte dos jovens universitários encontra-se nessa categoria, como nota-se nos dados coletados da presente pesquisa, onde 50% dos entrevistados estão nessa faixa etária, estando, portanto, mais expostos a doenças como gonorreia, vírus da Hepatite B e vírus da imunodeficiência humana (HIV), sífilis, infecção por clamídia etc. (CASTRO *et al.*, 2016). Além disso, soma-

se o fato de que esses jovens estão se inserindo socialmente e vivenciando experiências que vão fazer parte de seus processos de identidade.

Sendo assim, o debate sobre gênero e sexualidade se torna fundamental entre os jovens universitários, tanto em relação ao aspecto social dessa temática como ao aspecto da saúde, já que é nesse momento que os conhecimentos sobre si mesmo, sobre sua sexualidade, subjetividade e lugar que ocupa na sociedade se fazem urgentes e necessários. Além disso, é importante que as instituições de Ensino Superior sejam espaços formadores de cidadania, contribuindo para a diminuição das taxas de homicídio e suicídio, tanto da população LGBT+ como também de casos de violência contra a mulher, feminicídios, e qualquer crime e violência relacionada a gênero e sexualidade.

Considerações finais

De acordo com as respostas, as Instituições de Ensino Superior não propiciam um campo de informações e discussões sobre o tema, assim como há falta de acolhimento para questões que emergem no contexto universitário, ainda que seja papel formativo da instituição oferecer o espaço para construção de pensamento crítico, de trabalho com a diversidade.

Os dados encontrados na pesquisa estão em consonância com o que foi apresentado a partir da revisão bibliográfica da introdução do presente artigo, apontado para o fato de que a educação sexual deve estar presente também no Ensino Superior, pois os sujeitos entrevistados apresentaram pontos relevantes no que diz respeito à falta de envolvimento das Instituições de Ensino Superior com as questões de gênero e sexualidade.

O fato de os entrevistados serem alunos do último ano de Psicologia também é importante de ser ressaltado, pois o curso, apesar de proporcionar algumas poucas disciplinas pontuais a respeito do tema, ainda apresenta escassez de debates e proporção de aulas e professores que se aprofundam sobre essas questões, aparecendo somente nas respostas de poucos sujeitos da pesquisa. Os profissionais que atuarão como psicólogos carecem ter desenvolvido a escuta não normativa como ferramenta de trabalho, sendo necessário que tenham uma formação plural e diversa, pois vão lidar com pessoas que ocupam lugares diversos na nossa sociedade. Assim, a partir dos dados encontrados, depreende-se que as Instituições de Ensino Superior em questão não estão atendo a quesitos necessários à formação efetiva do psicólogo.

REFERÊNCIAS

- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Boletim n. 05/2020 - 01 de janeiro a 31 de outubro de 2020: assassinatos contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Salvador: ANTRA, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Femininos**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. DOI: 10.1590/S0104-026X2011000200016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Editora Porto, 1994.
- BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R.; SILVA, C. S. F. Educação sexual e universidade: compreensões de graduandos sobre sexualidade e gênero. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 4, n. 4, p. 25-42, out./dez. 2018. DOI: 10.18256/2447-3944.2018.v4i4.2563. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/2563>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 dez. 2020.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, E. L. *et al.* O conhecimento e o ensino sobre doenças sexualmente transmissíveis entre universitários. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1975-1984, jun. 2016. DOI: 10.1590/1413-81232015216.00492015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/trKSmLBwFPd3LC4x64N4Tnf/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 30 dez 2020.
- DINIS, N. F. Discursos sobre homossexualidade e gênero em um curso de formação em psicologia. **ETD – Educ. Tem. Dig.**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 62-75, maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1241>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- JUNQUEIRA, R. D. A pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Rev. Ret. Esc.**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255854/mod_resource/content/1/PedagogiaDoArmario_RogérioJunqueira.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007. DOI: 10.1590/S0102-46982007000200008.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5mdHWDNFqgDFQyh5hj5RbPD/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2021.

LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LUCIFORA, C. A. *et al.* Marcas sociais de nossos tempos: gênero, sexualidade e educação em âmbito escolar. **Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1395–1409, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12607. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12607/8340>. Acesso em: 24 out. 2021.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2021.

MICHELS, E. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: Relatório 2018**. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2018. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 28 dez 2020.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **MDH divulga dados sobre feminicídio**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/agosto/ligue-180-recebe-e-encaminha-denuncias-de-violencia-contras-mulheres#:~:text=De%20janeiro%20a%20julho%20de%202018%2C%20o%20Ligue%20180%20registrou,e%20118%20tentativas%20de%20homic%C3%ADdios>. Acesso em: 03 fev. 2020.

MOURA, A. F. M. *et al.* V. Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar. **Psic. Arg.**, Curitiba, v. 29, n. 67, p. 437-446, 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20217>. Acesso em: 20 jun. 2020.

NARDI, H. C. *et al.* O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Rev. Teo. Soc.**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 179-200, 2013. Disponível em:

<https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/87>. Acesso em: 28 dez. 2020.

OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L. (org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

ZOCCA, A. R. *et al.* Percepções de adolescentes sobre sexualidade e educação sexual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. esp. 2, p. 1463–1476, 2016. DOI: 10.21723/riaee.v10i6.8331. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8331>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Como referenciar este artigo

CANO, M. T.; BRANCALEONI, A. P. L. Gênero e Sexualidade: Vivências e concepções de jovens universitários do curso de Psicologia da cidade de São Paulo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 7, n. 2, p. 1181-1196, abr./jun. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i2.14662>

Submetido em: 22/01/2021

Revisões requeridas em: 15/02/2021

Aprovado em: 09/03/2022

Publicado em: 01/04/2022